

## **ASSOCIATIVISMO RURAL SOB A PROPOSTA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE RONDONÓPOLIS-MT: ANÁLISE DA ASSOCIAÇÃO “DANDO AS MÃOS”**

Iolanda Lopes **de Oliveira**<sup>1</sup>, Evandro Cesar **Clemente**<sup>2</sup>

(1 – Universidade Federal de Jataí, <https://orcid.org/0000-0002-0062-5540>, [loopesiolanda@gmail.com](mailto:loopesiolanda@gmail.com); 2 – Universidade Federal de Jataí, <https://orcid.org/0000-0003-1499-8388>, [evandrocclemente@gmail.com](mailto:evandrocclemente@gmail.com))

**Resumo:** O objetivo desse artigo é analisar o associativismo rural e a proposta da economia solidária em Projetos de Assentamentos Rurais na Microrregião Geográfica de Rondonópolis-MT, a partir do estudo da atuação da Associação “Dando as Mãos”. Para a consecução da pesquisa, adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico acerca da implantação de Projetos de assentamentos rurais e seus efeitos geográficos, bem como uma discussão a respeito dos conceitos e teorias do associativismo rural e da economia solidária; também se realizou um trabalho de campo junto aos membros da Associação para a coleta de dados de fonte primária. O associativismo rural aliado aos princípios da economia solidária pode ser considerados uma estratégia dos agricultores familiares assentados nesse processo árduo de luta e resistência na terra, pois enquanto organização coletiva tem facilitado o acesso às linhas de crédito, às políticas públicas como o PNAE e PAA e aos canais de comercialização.

**Palavras-chave:** Projetos de Assentamentos Rurais. Associativismo Rural. Economia Solidária.

## **RURAL ASSOCIATIVISM UNDER THE PROPOSAL OF SOLIDARITY ECONOMY IN RURAL SETTLEMENT PROJECTS IN THE GEOGRAPHIC MICRO-REGION OF RONDONÓPOLIS-MT: ANALYSIS OF THE ASSOCIATION "GIVING HANDS"**

---

Artigo recebido para publicação em 29 de dezembro de 2022  
Artigo aprovado para publicação em 11 de junho de 2023

**Abstract:** The aim of this article is to analyze rural associativism under the proposal of solidarity economy in rural settlements in the Geographical Microregion of Rondonópolis-MT, based on the analysis of the performance of the Associação “Dando as Mãos”. In order to carry out the research, the following methodological procedures were adopted: a bibliographical survey about the implantation of rural settlements and their geographic effects, as well as a discussion about the concepts and theories of rural associativism and solidarity economy. Field work was also carried out with the settlers regarding the performance of the Associação “Dando as Mãos” in the implementation of agroindustries. Rural associativism combined with the principles of solidarity economy can be considered a strategy of family farmers settled in this arduous process of struggle on the land, because as a collective organization it has easy access to credit lines, public policies such as the PNAE and PAA and the marketing channels.

**Keywords:** Rural Settlement Projects. Rural Associations. Solidarity Economy.

## **EL ASOCIATIVISMO RURAL BAJO LA PROPUESTA DE ECONOMÍA SOLIDARIA EN PROYECTOS DE ASENTAMIENTOS RURALES EN LA MICROREGIÓN GEOGRÁFICA DE RONDONÓPOLIS-MT: ANÁLISIS DE LA ASOCIACIÓN “DANDO MANOS”**

**Resumem:** El objetivo de este artículo es analizar las asociaciones rurales bajo la propuesta de economía solidaria en asentamientos rurales de la Microrregión Geográfica de Rondonópolis-MT, a partir del estudio de la actuación de la Associação “Dando as Mãos”. Para llevar a cabo la investigación, se adoptaron los siguientes procedimientos metodológicos: un levantamiento bibliográfico sobre la implantación de asentamientos rurales y sus efectos geográficos, así como una discusión sobre los conceptos y teorías del asociativismo rural y la economía solidaria. También se realizó trabajo de campo con los pobladores sobre la actuación de la Associação “Dando as Mãos” en la implantación de agroindustrias. El asociativismo rural combinado con los principios de la economía solidaria puede considerarse una estrategia de los agricultores familiares asentados en este arduo proceso de lucha por la tierra, pues como organización colectiva tiene fácil acceso a líneas de crédito, políticas públicas como el PNAE y PAA y los canales de comercialización.

**Palabras clave:** Proyectos de Asentamientos Rurales. Asociaciones Rurales. Economía Solidaria.

## Introdução

Os Projetos de Assentamentos Rurais são ambientes estratégicos e que se constituem em um novo modelo de integração da população rural. Estudos (CASTRO, 1992; BERGAMASCO, 1996; 1997; 2005; MEDEIROS, 2004; SPAROVEK, 2003; LEITE, 2004; GOSCH, 2020) demonstram que a implementação de Projetos de Assentamentos Rurais, pela sua natureza, em maior ou menor medida, produzem mudanças na estrutura fundiária, que podem conduzir também a transformações na economia local e regional, no meio ambiente, em aspectos sociais e políticos dos territórios onde se instalam.

No entanto, a realidade vivenciada em grande parte dos Projetos de Assentamentos Rurais do país ainda é precária e carente acerca dos diversos pontos relacionados à infraestrutura, como acesso à água potável, saúde e educação; péssimas condições de vias de acesso que dificultam a locomoção e o escoamento da produção; falta de assistência técnica e extensão rural; e linhas de crédito para os agricultores assentados. Esses problemas acabam por desestimular os indivíduos a permanecer no local, provocando assim desistências e venda de lotes, gerando o processo de reconcentração fundiária (CLEPS, 2018).

Diante disso, o associativismo rural e a proposta da economia solidária são considerados como estratégias dos agricultores familiares assentados nesse processo de luta e permanência na terra. Visa facilitar a produção e a comercialização dos seus produtos, haja vista que existe grande dificuldade dos pequenos produtores se posicionarem sozinhos no mercado.

Além disso, o associativismo rural se apresenta como forma de fortalecimento dos agricultores familiares que encontraram uma maneira de se opor e resistir à atuação do grande capital por meio de projetos alternativos, além de exercerem princípios como a autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário.

Dessa forma, a formação de associações rurais tem, em certa medida, proporcionado aos assentados condições para se reproduzirem socialmente no campo, ao ganharem algumas vantagens em relação ao mercado capitalista e acesso a algumas políticas públicas.

A partir desse entendimento, esse trabalho visa compreender o papel das organizações coletivas em Projetos de Assentamentos rurais localizados na Microrregião Geográfica de Rondonópolis-MT, tendo como ponto de partida o estudo da Associação “Dando as Mãos”, realizando um estudo das ações realizadas e as perspectivas futuras na concretização do associativismo rural e da economia solidária na região.

### *Materiais e Métodos*

Para atender aos objetivos propostos, a metodologia adotada consistiu no levantamento bibliográfico com a finalidade exploratória e descritiva, considerando a abordagem qualitativa com a exposição dos estudos analisando as temáticas propostas, como por exemplo Assentamentos Rurais, Associativismo rural e Economia solidária. Além de dados de fontes secundárias cedidas pela Associação, como fotos do acervo pessoal, documentos do projeto original e estatuto.

Também foram aplicadas entrevistas semiestruturadas junto aos membros da associação a fim de comparar posteriormente os dados empíricos a teoria proposta. Ao todo foram 4 entrevistas. Junto a esses procedimentos ocorreu também a observação participante, essa técnica permite integrar o observador à sua observação, atendendo aos preceitos da pesquisa qualitativa que tem como foco de estudo o processo vivenciado pelos sujeitos.

### *Projetos de Assentamentos Rurais e o Associativismo Rural*

O conceito Projeto de Assentamento Rural pode ser entendido de maneiras diferentes quando se leva em consideração as definições dos órgãos oficiais do Estado e dos Movimentos Sociais. De acordo com Scopinho (2012), o Estado, por ser encarregado da implantação das políticas públicas, apresenta uma visão essencialmente técnica e burocrática, afirmando que os Projetos de Assentamentos Rurais são uma área de terra onde seus ocupantes, beneficiários de políticas públicas, portadores de registro e cadastro nos sistemas informatizados e integrados do INCRA, são alocados.

Porém, muito além dessa visão essencialmente burocrática estabelecida pelo Estado, pode-se perceber os Projetos de Assentamentos Rurais como territórios de resistência e de reprodução social dos sujeitos assentados, de vida das pessoas, em uma perspectiva contra hegemônica. Fernandes (1998, p. 21) entende os “Projetos de Assentamentos Rurais como a terra conquistada e, portanto, o lugar da luta e da resistência, de modo que [...] o assentamento se torna uma fração do território, é um trunfo na luta pela terra.”

Para Zimmermann (1994), o Projeto de Assentamento Rural é estudado enquanto um espaço de relações sociais, onde as características heterogêneas individuais, homogeneizados no processo de luta pela terra, ressurgem em novas bases. Dessa forma, o processo de territorialização da luta pela terra promove uma homogeneidade dos indivíduos em uma meta comum, que se trata da busca pela Reforma Agrária.

Para Alves (2019), o assentamento passa a se tornar um espaço de materialização das relações sociais.

[...] o assentamento é um espaço que expressa conteúdos históricos, resultantes de processos políticos e sociais, ou seja, trata-se de um espaço onde materializam as relações sociais. Partindo dessa definição, o assentamento rural é o locus das atividades dos trabalhadores rurais que conquistaram esse espaço e transformaram em um território com uma identidade própria. (ALVES, 2019. p.104).

Segundo Bergamasco *et al.* (1997), os Projetos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária são ambientes estratégicos e se constituem em um novo modelo de integração da população rural, em um contexto preciso de redistribuição da propriedade fundiária, tendo como origem a transferência dos beneficiários e consequente necessidade de readaptação a um novo espaço de vida e trabalho.

Ainda segundo a autora, os Projetos de Assentamentos Rurais revelam uma história de lutas e conflitos sociais com uma repercussão na reorganização do espaço, o que pode revelar a força dos grupos sociais em conflito, na busca de uma reestruturação fundiária e na Reforma Agrária. Esses grupos transformam o espaço, pois os assentamentos, em geral, formam “ilhas” de policultura rodeadas de grandes explorações monocultoras, cuja produção está orientada em direção aos complexos agroindustriais (BERGAMASCO, 1997).

A partir desse direcionamento, tem-se que a criação de Projetos de Assentamentos Rurais compõe experiências inovadoras na gestão dos territórios, na medida em que permitem às famílias assentadas a (re)criação de modos de vida ligados ao espaço rural, influenciando e modificando o entorno em que são implantados (FERRANTE *et al.*, 2005).

Dentre os efeitos locais e regionais da criação de Projetos de Assentamentos Rurais, destacam-se principalmente a diversificação e o barateamento dos gêneros alimentícios, principalmente em regiões com predomínio de monoculturas extensivas destinadas à agroindústria, como é o caso da Microrregião Geográfica de Rondonópolis-MT.

Dessa forma, a criação dos Projetos de Assentamentos Rurais envolve a concepção de como deve ser gerada a propriedade agrícola para os pequenos agricultores, projeto este que se relaciona com os diversos sujeitos envolvidos e está vinculado a vários conflitos na luta pela terra e pela permanência nela.

No entanto, ao analisar a criação de Projetos de Assentamentos rurais no Brasil, mais precisamente no Estado do Mato Grosso, sob a política oficial de Reforma Agrária, percebe-se que alguns princípios que balizam essa implementação foram negligenciados, principalmente relacionados à infraestrutura necessária para a fixação e permanência desses assentados, bem

como acerca das perspectivas de produção e comercialização, além da promoção do desenvolvimento rural.

Desta forma, como afirmam Leite e Avila (2007), não ocorreu uma efetiva Reforma Agrária, mas uma mínima distribuição de terras na tentativa de diminuir o número de conflitos agrários que explodiram pelo país após década de 1990.

Nesse sentido, Cabral (2021), salienta que

A política de Reforma Agrária na prática tem sido implementada como reação a conflitos entre latifundiários e camponeses. O Estado atua primeiramente reprimindo os camponeses. Quando os conflitos ganham repercussão e apoio social, é que a atuação ocorre no sentido de assentar as famílias de sem-terras (CABRAL, 2021. p. 77).

A política de Reforma Agrária oficial deve ser concebida para além do viés estritamente produtivista, envolvendo questões como a manutenção das paisagens naturais, a (re)criação de modos de vidas particulares, resgatando a valorização dos saberes e fazeres tradicionais, no intuito de preservar a cultura e permitir o desenvolvimento pleno desse assentado.

Dessa forma, a política de Reforma Agrária deve ser concebida e executada não apenas como uma política de distribuição de terras, pois:

[...] entende-se a reforma agrária a implementação de assentamentos rurais enquanto um processo social e político mais amplo, que envolve também o acesso aos recursos naturais, ao financiamento, a tecnologia, ao mercado de produtos e de trabalho e a distribuição do poder político (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 176).

De acordo com David *et al.* (1998), essa realidade é comum em diversas regiões do Brasil:

Na realidade essas formas de acesso à terra têm sido empregadas mais para atender às pressões sociais e políticas, frequentemente explosivas, que para visar a manutenção de um desenvolvimento rural duradouro, relacionado aos incrementos sistemas da produção, da produtividade e do emprego, que resultam em melhoras na qualidade de vida da população (DAVID *et al.*, 1998, p. 113).

Sob essa mesma perspectiva, Cleps (2018) reconhece que a criação e a implantação de Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária seguem um procedimento bastante burocrático, regulamentado por um extenso conjunto normativo bem como com regras pouco claras e objetivas. O autor cita o documento do Tribunal de Contas da União, que gerou a Medida Provisória 759 (MP 759), abordando os vícios na seleção dos beneficiários para os projetos de assentamento.

Diante dessa realidade, devido à falta de infraestrutura e de apoio governamental, os assentados acabam abandonando ou vendendo suas terras e, assim, como afirma Cleps (2018), os Projetos de Assentamento Rural do INCRA têm servido como mecanismo de “amansamento das terras”, para repasse posterior às empresas pecuaristas e madeireiras.

O autor segue sustentando que os Projetos de Assentamentos Rurais sofrem, assim, com constantes ameaças de grileiros, fazendeiros, madeireiros e garimpeiros, que vêem as extensas áreas de assentamentos como fonte de terras para a prática de atividades econômicas. Como os beneficiários não podem vender ou transferir os lotes legalmente, há um mercado ilegal de vendas de lotes para madeireiros e fazendeiros, que termina por reconcentrar a terra, aparentemente sem a anuência do INCRA.

Analisando, então, o processo de criação desses Projetos de Assentamentos Rurais, entende-se a realidade atual vivida nesses lugares, problemas nas mais diversas esferas, infraestrutura, desde a construção das moradias, as estradas precárias, dificuldade de produção e comercialização, pois muitos se encontram distantes dos mercados consumidores; até dificuldade no acesso à água e solos já degradados; precariedade no acesso a saúde e educação; carência de assistência técnica e de acesso a políticas públicas governamentais; entre inúmeros outros problemas.

De acordo com Percassi (2011), existe uma série de políticas públicas ou ações governamentais destinadas ao desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos Rurais. Porém, existe uma omissão por parte do Estado na sua operacionalização. Quando se fala em assentamentos, há de se pensar não somente na produção agrícola, mas também na infraestrutura, na habitação, na escola e no lazer. Pois, se alguns desses aspectos falharem, a família passa a não ter condições de viver em condições satisfatórias. Fica essa família, assim, em um eterno improvisado em condições inadequadas.

O autor supracitado, destaca que as políticas públicas mais importantes para os assentamentos são: o programa de assistência técnica; a comercialização; educação e formação; infraestrutura; e políticas de crédito. Cumpre lembrar que, via de regra, historicamente tais políticas não funcionaram ou tiveram algum êxito somente parcialmente em alguns períodos.

Diante desse fato, questiona-se a eficiência do Programa Oficial de Reforma Agrária brasileiro, pois como demonstram David *et al.* (1998), entende-se que não basta apenas realizar a distribuição de terras, mas também que se busque transformar as condições de vida de seus beneficiários. Essa deve ser pensada não só como meio de sobrevivência das famílias, mas

principalmente como fonte geradora de excedentes que assegurem novos investimentos e permitam a ampliação da produção e da produtividade da agricultura brasileira.

Indaga-se, então, tendo como ponto de partida essa premissa: como promover a manutenção e consolidação desses assentamentos, diante da ineficiência do programa de Reforma Agrária em promover as condições adequadas para a reprodução social desses assentados no árduo processo de luta pela permanência na terra?

Diante desse contexto, os assentados e agricultores familiares têm recorrido ao associativismo rural como uma alternativa que viabiliza o acesso às políticas públicas e que pode:

[...] trazer ganhos para os agricultores familiares, fortalecendo-os politicamente e economicamente diante dos imperativos do mercado, como a eliminação de intermediários, a agregação de valor à produção pelo seu beneficiamento e sua transformação, como também reduziriam custos na aquisição em maior escala de insumos e equipamentos, diminuindo custos unitários. Sem dúvida, estes ganhos contribuem para a reprodução social dos agricultores familiares e para sua permanência no campo em condições mais vantajosas. (CLEMENTE, 2006, p. 59).

De acordo com Bittencourt (1998), em um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/INCRA) sobre os principais fatores que afetam o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, constatou-se que a organização coletiva constitui importante fator para a prosperidade dos assentamentos.

O estudo afirma ainda que a estruturação da produção de modo coletivo influenciou positivamente na produção agrícola dos assentamentos e, em alguns casos, foi decisiva para seu sucesso. A organização coletiva diminuiu os custos, gerou sistemas mais produtivos e ampliou alternativas econômicas dos assentamentos. Esse tipo de gerenciamento da produção também demonstrou ser possível diminuir as desigualdades socioeconômicas entre os assentados.

Constatou-se também que nos Projetos de Assentamentos rurais onde havia associações quase não existiam diferenciações internas entre os assentados, principalmente as relacionadas com a forma de produção e obtenção da renda, demonstrando que a coletividade foi fator de diminuição das desigualdades entre eles. Onde não existiam formas organizativas da produção, a ocorrência de diferenciações internas entre os assentados era maior (BITTENCOURT, 1998).

Para Singer (2001), o associativismo rural surge como:

[...] uma reação dos agricultores familiares à exploração que eles sofriam por parte dos atacadistas e industriais que lhes compravam a produção e, mais recentemente, também por parte dos industriais que lhes vendem sementes, fertilizantes, inseticidas, equipamentos mecânicos etc. Esmagados por oligopólios a jusante (oligopsônio) e a



montante (oligopólios), a saída lógica foi organizar os pequenos agricultores em empresas solidárias que realizassem em nome deles as compras e as vendas, proporcionando-lhes com isso o que os economistas chamam de poder de mercado, ou seja, poder de barganha, além de ganhos de escala (SINGER, 2001, p. 106).

Ao encontro do que é defendido por Singer (2001), Clemente (2015) afirma que:

[...] A filiação a uma organização coletiva (associações e/ou cooperativas) pelos produtores rurais tem se constituído numa estratégia de inserção econômica dos produtores rurais e numa possibilidade de reprodução social, tendo em vista que a organização associativa potencializa a superação das barreiras impostas pelos capitais comercial, industrial e financeiro, tanto para a compra de insumos quanto para comercialização de produtos agropecuários. Além disso, tem possibilitado o acesso às políticas públicas (CLEMENTE, 2015, p. 7).

De acordo com Miranda (2011), as famílias assentadas precisam, primeiramente, se organizar social e produtivamente, valorizando a participação de todos os assentados nos projetos produtivos, na gestão ambiental e nas decisões coletivas, para se estabelecerem como agricultores familiares. Ainda segundo o autor, associações e cooperativas enquanto instituições sociais desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento e consolidação dos projetos de assentamento e, conseqüentemente, em sua inserção geográfica, social, econômica e política.

Conforme Lisboa e Alcantara (2019), o associativismo rural pode ser um instrumento de luta social.

O associativismo rural consiste em uma atividade organizacional coletiva que tem como finalidade conquistar benefícios comuns para os sujeitos que a compõe. [...] As práticas organizacionais coletivas no campo se constituem como importante vetor no que diz respeito à percepção e busca de direitos. Assim, pode-se afirmar que essa prática associativa é fruto da constante luta social no espaço rural por melhores condições de vida, por um reconhecimento que proporcione certa integração no cenário social, econômico e cultural (LISBOA; ALCANTARA. 2019. p.23).

Para Lazzarotto (2002),

[...] a união destes produtores em organizações associativas representa uma importante opção estratégica para juntos enfrentarem as dificuldades que lhes são constantemente impostas. O trabalho coletivo e o uso de práticas solidárias podem facilitar o processo produtivo, além de propiciarem melhores relacionamentos com o mercado, instituições públicas, extensionistas e com a sociedade de maneira geral (LAZZAROTTO, 2002, p. 1).

A precariedade de recursos e de infraestrutura recorrente nos processos de implantação e manutenção dos Projetos de Assentamentos rurais provoca efeitos desastrosos, levando muitos a certa invisibilidade econômica. Realidade essa que evidencia a dependência dos

intermediários da circulação de mercadorias, mais conhecidos como “atravessadores”, que em muitos casos pagam preços bem abaixo do valor de mercado.

Para Souza (2016), o associativismo é o mecanismo essencial para o fortalecimento da coletividade, que promove a inserção econômica dos agricultores familiares no mercado e, assim, permite que a agricultura familiar possa se desenvolver e, principalmente, satisfazer as necessidades econômicas, sociais e humanas realizadas em grupo.

Tedesco (2001) vai além e afirma que “[...] as associações se mostram como estratégias para viabilizar políticas públicas voltadas aos interesses dos agricultores, no sentido de canalizarem demandas em seu benefício” (TEDESCO, 2001, p. 15-16).

Um estudo realizado por Carvalho (1998) aponta que as formas associativistas mais presentes nos assentamentos rurais do país são as citadas no quadro 1.

**Quadro 1 - As principais formas associativas em assentamentos rurais**

<b>NÚCLEO OU GRUPO DE PRODUÇÃO</b>	Cooperação entre famílias vizinhas, famílias com afinidades e ou com relações de consangüinidade. Em média, cada grupo produção é constituído de 5 a 15 famílias.
<b>ASSOCIAÇÃO</b>	Entre parte dos trabalhadores de um assentamento, para a realização de determinadas atividades produtivas.
<b>CENTRAIS DE ASSOCIAÇÕES</b>	Uma sociedade civil, sem fins lucrativos, cujo objetivo básico é efetuar a coordenação de associações de produtores rurais de áreas oficiais de reforma agrária.
<b>GRUPO COLETIVO</b>	Coletivo envolvendo parcela dos trabalhadores de um assentamento. Todos, ou apenas parte dos trabalhadores rurais do assentamento, participam em atividades integralmente coletivas.
<b>CONDOMÍNIO</b>	Forma de apropriação da terra. Ainda que haja parcelamento da terra esta é apenas usufruída a partir de um plano global de exploração de todo o assentamento.
<b>COOPERATIVA</b>	De prestação de serviços - CPS De prestação de serviços regionais - CPSR De crédito De produção e de prestação de serviços - CPPS De produção agropecuária - CPA Centrais de cooperativas – CCA
<b>CAIXA AGRÍCOLA</b>	Considerada vulgarmente como uma pré-cooperativa. Essa forma de cooperação financeira, uma espécie de caixa de auxílio mútuo, foi adotado como alternativa para a cooperativa.
<b>MUTIRÃO</b>	Forma simples de cooperação entre pessoas ou famílias para a realização de uma atividade, seja para benefício de uma família individualmente ou para a concretização de infraestrutura econômico ou social de uso coletivo.
<b>TROCA DE DIAS DE SERVIÇO</b>	Forma simples de cooperação em que membros de uma família singular ajudam, em uma atividade determinada, outra família singular.

Fonte: CARVALHO (1998). Organização: OLIVEIRA (2022).

O associativismo rural foi um dos movimentos que colocaram em discussão a questão da participação política relacionada à descentralização administrativa que veio na Constituição de 1988, visto que uma das suas principais características têm sido a proximidade com as Prefeituras Municipais e demais instâncias da vida local. A busca de canais de articulação com o Poder Público municipal tem como pressuposto que esse nível do Estado é o mais acessível para o encaminhamento das demandas da comunidade e, especialmente, dos movimentos sociais mais organizados (PINHEIRO, 2001).

As famílias geralmente são assentadas onde não existe uma infraestrutura mínima adequada para constituir uma comunidade (SPAVOREK, 2003) e, por meio da pressão e do esforço coletivo junto aos órgãos oficiais, esse passivo social diminui e a terra, geralmente inóspita, aos poucos se transforma em pequenos vilarejos, comunidades organizadas.

Essa dimensão da cooperação, favorecedora de condições para desenvolver a sociabilidade nos assentamentos, aliada à geração de renda, é essencial para possibilitar a permanência das famílias nos assentamentos e evitar novos êxodos rurais (SCOPINHO, 2012).

No entanto, um número expressivo de organizações associativas não consegue se desenvolver. Muitas iniciam as suas atividades, mas em pouco tempo as encerram, deixando equipamentos e benfeitorias abandonadas, levando consigo a esperança de muitos assentados que enxergavam na associação um meio para conseguirem permanecer na terra e, conseqüentemente, se reproduzirem socialmente enquanto agricultores familiares.

Diante, portanto, da crescente importância que assumem as organizações coletivas locais, é necessário avaliar as condições concretas ou o contexto social em que se criam associações e como elas podem produzir os efeitos esperados do associativismo, especialmente propiciando o acesso a recursos e a participação política, ou até mesmo efeitos contrários (MANESCHY *et al.*, 2008). Dada a deferência e a complexidade do associativismo, é de extrema necessidade atentar-se e avaliar os diferentes aspectos que o engendram e os respectivos efeitos rebatidos nessa e por essa forma de organização.

Conforme dizem Rocha e Apel (1992), os principais entraves à consolidação das associações nos Projetos de Assentamentos Rurais são

[...] boa parte dos trabalhadores nunca foram proprietários; as propostas de agrovilas contrariam um dado cultural, a maioria quer desenvolver uma agricultura baseada na unidade familiar; a indecisão dos assentados acarreta uma forte intervenção dos mediadores que se apropriam da ordenação espacial, organização dos assentados e da produção. Além disso, depois de criarem as associações, os assentados tendem a não planejar a aquisição de equipamentos e ter dificuldade para organizar uma pauta de reivindicações que abranja, por ordem de prioridade, as necessidades das famílias assentadas (ROCHA; APEL, 1992, p. 20).

Acrescenta-se a essa constatação outros fatores que julgamos relevantes, como a não participação efetiva dos sujeitos, a questão prática da burocracia exigida para criação e manutenção dessas associações, bem como o acesso cada vez mais precário a políticas públicas voltadas ao associativismo rural.

De acordo com Clemente (2018),

As organizações coletivas possibilitaram aos agricultores familiares acesso a canais de comercialização e às políticas públicas, como o PAA, PNAE e PNPB, melhorando os preços de seus produtos e seus rendimentos. Não obstante, esta contribuição não permitiu resolver a fragilidade da agricultura familiar, por motivos internos e externos às organizações coletivas. Internos, pode-se citar: o individualismo, falta de informação, baixos níveis de participação, má gestão. Externos: estratégias do grande capital e do Estado em subordinar a agricultura familiar, pois o segmento não domina taxa de juros, linhas de crédito, tecnologias de produção, a cadeia produtiva do produto ao qual está inserido, além da relação perversa com o mercado (CLEMENTE, 2018, p. 82).

Perante esses apontamentos, entende-se que o processo de luta na terra tem se constituído no principal desafio a ser superado, uma vez que quando a terra é conquistada o movimento social perde grande parte da influência sobre esses agricultores que, inclusive, por variados motivos, acabam por se desmobilizarem também.

Eis o desafio que paira na reflexão acerca do associativismo rural de agricultores familiares: criar as condições para que a luta na terra se consolide tal como a luta pela terra. Infelizmente, o modelo de associativismo presente na Microrregião Geográfica de Rondonópolis-MT não tem sido suficiente para atingir a essa demanda. Urge a construção de um associativismo rural mais independente e autônomo!

#### *Associativismo rural e Economia Solidária na MRG de Rondonópolis-MT*

A Microrregião Geográfica de Rondonópolis-MT, conforme o Mapa 1, é constituída por oito municípios, sendo eles: Rondonópolis, Itiquira, Pedra Preta, São Jose do Povo, Juscimeira, São Pedro da Cipa Jaciara e Dom Aquino. Acrescenta-se, ainda, a essa pesquisa o município de Poxoréo, pois dois de seus assentamentos rurais foram abrangidos e passaram a fazer parte da Associação “Dando as Mãos”.

A região é marcada pela predominância da elevada concentração fundiária e da agricultura empresarial capitalista, com significativa produção de grãos, principalmente milho

e soja. O processo de “modernização”<sup>1</sup> da MRG de Rondonópolis foi desigual e seletivo, que combinada e persistentemente reproduz e aprofunda as históricas desigualdades territoriais e sociais (SANTOS, 2016).

Porém, nesse mesmo processo contraditório no campo, encontram-se do outro lado os agricultores familiares, grande parte destes oriundos de Projetos de Assentamentos Rurais, sobrevivendo de maneira incerta, se dedicando à produção de leite e à criação de aves, ou algumas poucas culturas, em terras desgastadas, e com pouco ou nenhum acesso à tecnologia, nem assistência técnica e políticas de crédito.

Para os assentados, a aposta no associativismo rural pode tentar reverter essa situação. Diante disso, a criação da Associação “Dando as Mãos” representou um grande passo para esses assentados referente à situação da luta na terra.

A gênese da Associação “Dando as Mãos” está diretamente ligada à participação da Igreja Católica junto aos movimentos socioterritoriais<sup>2</sup> no Estado do Mato Grosso.

A Associação “Dando as Mãos” surgiu da atuação das associações religiosas junto aos assentados dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Amazonas, tendo em seu projeto comum trabalhar com o propósito de “Educação para a Cidadania”, junto às categorias empobrecidas, marginalizadas dos benefícios socioeconômicos e políticos da sociedade brasileira, assumindo o objetivo de transformação social, como afirma Silva (2009).

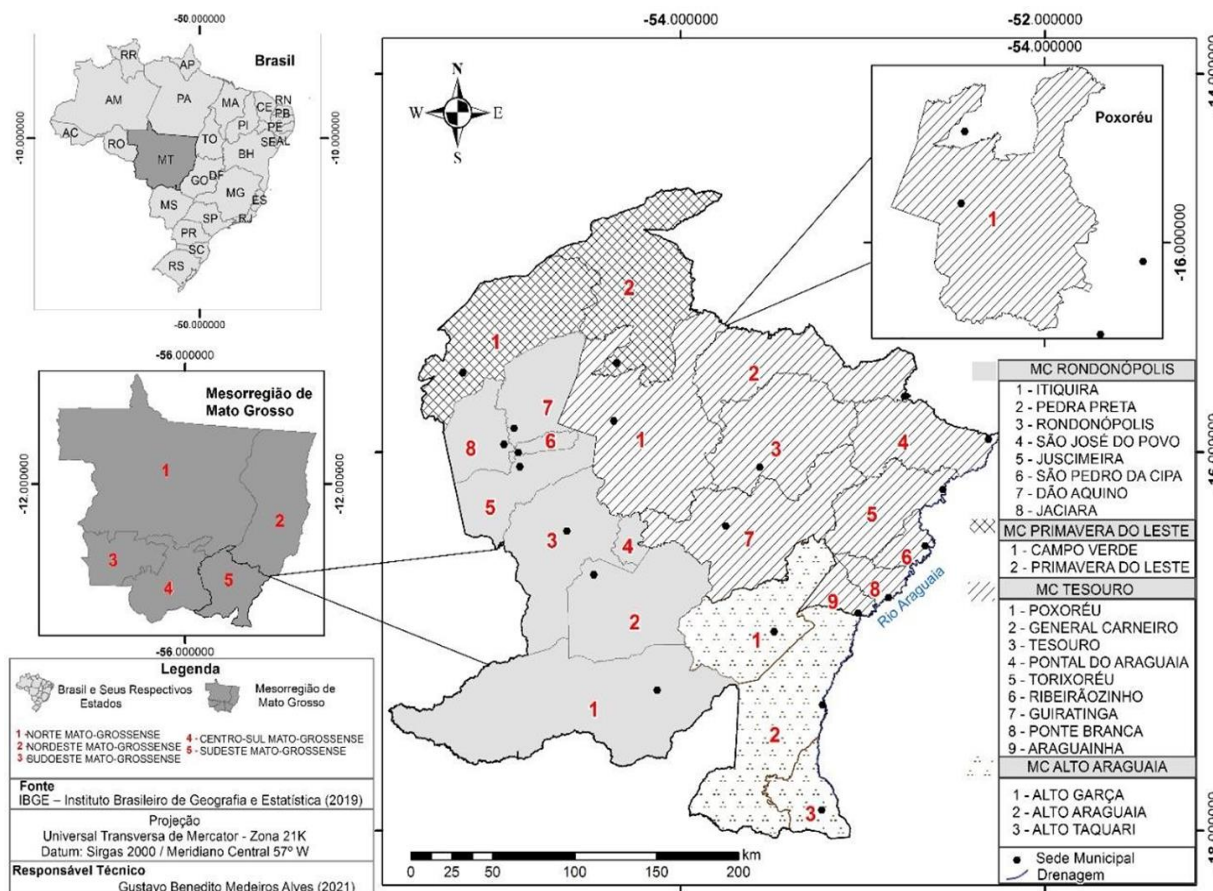
A princípio, a Associação contava com fundos vindos do Projeto da Missão Central Franciscana (MZF), com sede na Alemanha. A MZF cedeu 10.000 euros; destes, 35% foram investidos em formação e 75% em recursos para ampliar o fundo rotativo solidário, a ser revertido em empréstimo aos agricultores, com objetivo principal da produção para consumo familiar e de demais moradores dos assentamentos, visando à auto sustentabilidade local (SILVA, 2009).

---

<sup>1</sup> A palavra “modernização” foi utilizada entre aspas, pois aqui se concorda com a ideia defendida por Clemente (2010) de que não houve de fato uma modernização da agricultura, mas apenas a adoção do pacote tecnológico da revolução verde, baseado na incorporação de insumos químicos, defensivos e máquinas agrícolas, visando justamente não alterar a estrutura fundiária concentrada e tampouco as relações de trabalho no campo, em que a mecanização contribuiu para aumentar a exploração do trabalho no campo. Portanto, acredita-se que houve um processo de tecnificação dos processos produtivos na agricultura.

<sup>2</sup> Para Fernandes (2005), os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios.

Mapa 1 - Microrregião Geográfica de Rondonópolis-MT



Fonte: ALVES, 2021.

Nesse propósito, a Associação “Dando as Mãos” veio a se formar como uma associação junto aos produtores/as do campo e da cidade, a partir das concepções embasadas na economia solidária.

Singer (2002), define a economia solidária como

[...] a economia a serviço da sociedade humana e não um fim em si mesmo, de forma que se coloca como um modelo amparado na autogestão que visa um desenvolvimento humano e social em múltiplas dimensões, ultrapassando o monopólio dos elementos econômicos sobre a vida em sociedade (SINGER, 2002, p. 150).

Na economia solidária se aplica o princípio da autogestão. De acordo com Souza, Rodrigues e Abrantes (2009), pode-se denominar de administração democrática.

[...] a economia solidária organiza sua produção com base na propriedade coletiva dos meios de produção, sob o regime de cooperação e autogestão. Os detentores do trabalho são também dos meios de produção. A ideia de exploração do trabalhador e do trabalho assalariado cede lugar a práticas voltadas para valorização humana e a divisão igualitária do resultado econômico. São empresas autogestionárias, em que os

agentes são vistos como sócios. As mercadorias são produzidas visando o mercado. Todavia, busca-se a realização do comércio justo, aquele em que objetiva a satisfação entre os agentes envolvidos na ação (produtores, comerciantes e consumidores). Este modelo de economia se pauta pela distribuição segundo a participação do trabalho no processo de produção (SOUZA; RODRIGUES; ABRANTES, 2009, p. 5).

A organização contou com um financiamento a um fundo perdido da Petrobrás, que entrou em planejamento em 2010 com o edital intitulado “*Desenvolvimento socioeconômico dos empreendimentos da agricultura familiar da região Sul do estado de Mato Grosso*”, que tinha como objetivo a formação, organização, motivação e sensibilização dos agricultores familiares na perspectiva do resgate dos valores sociais, culturais, ambientais e produtivos, com base nos princípios<sup>3</sup> de Economia Solidária (SILVA, 2009).

Associar-se tem sentido de unir pessoas na defesa dos seus interesses. O associativismo nasceu da necessidade de os homens somarem seus esforços para alcançar um propósito em comum. No princípio este objetivo era a sobrevivência da espécie humana. Posteriormente, transformou-se na necessidade de enfrentar as mudanças impostas pelo sistema econômico mundial (COSTA; OLIVEIRA; FIGUEIREDO, 2013, p. 5).

De acordo com Leite *et al.* (2004),

[...] As associações constituem a forma predominante de representação dos assentados, “pelo simples fato de que são uma espécie de ‘exigência’ do Estado: elas são a ‘personalidade jurídica’ do assentamento e sua presença é quase obrigatória para o repasse de créditos” (LEITE *et al.*, 2004, p. 113)

Utilizando os recursos obtidos com o projeto “Desenvolvimento socioeconômico dos empreendimentos da agricultura familiar da região Sul do estado de Mato Grosso”, com a Petrobrás, a Associação “Dando as Mãos” iniciou, então, uma nova e mais ampla fase. De acordo com a diretoria da Associação, esse recurso permitiu a contratação de pessoal para a gestão do projeto, bem como o processo de comercialização, adaptação e de aquisição e montagem de infraestrutura para o processo produtivo, formativo e organizacional das agroindústrias, conforme discriminado.

Após várias reuniões e discussões, aconteceu um trabalho de diagnóstico das localidades, juntamente com os assentados levando em consideração as características locais de produção, acesso à infraestrutura e à comercialização de produtos. Posteriormente, entrou em processo de implantação das agroindústrias.

<sup>3</sup> De acordo com Porto (2015), a economia solidária possui como base estrutural para construção de sua ideologia quatro princípios básicos, são eles: autogestão, cooperação, solidariedade e atividade econômica.

Esse projeto foi implantado em 12 Projetos de Assentamentos Rurais da Reforma Agrária e Banco da Terra, conforme descrito no Quadro 2, dos sete municípios, os quais são: São José do Povo (assentamento João Pessoa, Marcio Pereira e Padre Josimo), Rondonópolis (Assentamento Primavera e Fazenda Esperança), Juscimeira (Assentamento Beleza e Geraldo Pereira de Andrade), Pedra Preta (assentamento Colina Verde e 26 de janeiro), Poxoréo (assentamento Carlos Marighella), Guiratinga (Assentamento Salete Strosak) e Dom Aquino (Assentamento Zumbi dos Palmares).

Quadro 2 - Tipos de agroindústrias criadas nos  
 Projetos de Assentamentos Rurais na MRG de Rondonópolis-MT

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	AGROINDÚSTRIA
<b>Dom Aquino</b>	Ass. Zumbi dos Palmares	Farinheira
<b>Rondonópolis</b>	Ass. Fazenda Esperança Ass. Primavera	Abatedouro de Frango Iogurteira
<b>Pedra Preta</b>	Ass. Colina Verde	Abatedouro de Frango
<b>Guiratinga</b>	Ass. Salete Strozack	Despolpadora de fruta
<b>São José do Povo</b>	Ass. Padre Josimo Ass. João Pessoa Ass. Márcio Pereira	Farinheira Pasteurizador
<b>Poxoréo</b>	Ass. Carlos Marighela	Abatedouro de Frango
<b>Juscimeira</b>	Ass. Beleza Ass. Mário Pereira de Andrade	Pasteurizador Iogurteira

Fonte: Associação Dando as Mãos. Organização: OLIVEIRA (2021).

Na época da implantação dos empreendimentos, ficou evidente que as concepções e princípios a serem seguidos eram os da economia solidária. De acordo com a Rede Ecosol (2013), os princípios da Economia Solidária se definem em quatro características complementares, sendo elas:

- **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades.
- **Autogestão:** exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.



- Atividade econômica: agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.

- Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional.

Para Souza *et al.* (2009), a economia solidária

[...] organiza sua produção com base na propriedade coletiva dos meios de produção, sob o regime de cooperação e autogestão. Os detentores do trabalho são também dos meios de produção. A ideia de exploração do trabalhador e do trabalho assalariado cede lugar a práticas voltadas para valorização humana e a divisão igualitária do resultado econômico. São empresas autogestionárias, em que os agentes são vistos como sócios. As mercadorias são produzidas visando o mercado. Todavia, busca-se a realização do comércio justo, aquele em que objetiva a satisfação entre os agentes envolvidos na ação (produtores, comerciantes e consumidores). Este modelo de economia se pauta pela distribuição segundo a participação do trabalho no processo de produção (SOUZA, 2009, p. 5).

Indagado sobre a execução do projeto, o entrevistado 1 argumenta que

A base da elaboração do projeto que deu início a esses empreendimentos foi o pensamento da autogestão da economia solidária, em que os assentamentos e as comunidades locais e coletivos cuidavam de toda a cadeia de produção, desde a produção primária até o beneficiamento. Isso dentro da propriedade ou no máximo dentro da área do assentamento da comunidade rural (informação verbal).<sup>4</sup>

O processo para implantação das agroindústrias teve por objetivo agregar valor aos produtos agrícolas dos Projetos de Assentamentos Rurais que começou a partir de 2010, com a realização de encontros para discussões, palestras e treinamentos. Além disso, houve a criação do Banco do Cerrado, uma iniciativa para implantação de uma moeda solidária denominada Bacuri.

Inseridos em uma região marcada pela territorialização do agronegócio, a criação dessas agroindústrias permite a esse sujeito assentado resistir e se reproduzir socialmente no território. “A resistência à dominação, em muitos casos, tem sido manifestada por meio de organizações

---

<sup>4</sup> Entrevista com membro da Associação “Dando as Mãos”. [fev.2021]. Entrevistador: Iolanda Lopes de Oliveira. Rondonópolis-MT, 2021. 1 arquivo.mp3 (47 min).

que, através de ações coletivas, lutam pela libertação dos atores sociais e contra o funcionamento da economia dominada pelo lucro e pela vontade política de dominação” (LIMA, 2016, p. 76).

A resistência promovida pelos assentados tem se expressado na busca da construção de um “Território de Esperança”. Expressão difundida por Moreira e Targino (2007) que se refere à porção do espaço “conquistado e construído pelas lutas de resistência e de ocupação promovidas pelos trabalhadores sem-terra, como aquela resultante da luta de resistência, recriação e consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa” (MOREIRA; TARGINO, 2007, p. 4).

[...] O “Território de Esperança” é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem-terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. (MOREIRA; TARGINO, 2007, p. 76).

De acordo como o relatório cedido pela Associação Dando as Mãos, o projeto contava com alguns objetivos definidos a serem alcançados no decorrer da sua implementação, sendo que um deles era promover a formação/educação para o trabalho coletivo (associativismo, cooperativismo).

Para isso, foram realizadas oficinas sobre as temáticas de Economia Solidária, Agroecologia, Homeopatia, Capacitação em associativismo e cooperativismo em alguns Projetos de Assentamentos e na sede da Associação na cidade de Rondonópolis. Para realizar essas palestras e cursos, a associação contava com o auxílio da Universidade Federal de Mato Grosso (campus de Rondonópolis) e com o apoio da Empresa Mato Grosense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMATER).

Para Lima (2006), os agricultores familiares ainda enfrentam enormes dificuldades para conseguir de manter na terra e se inserir no mercado e isso reafirma a importância da extensão rural, das políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), das Universidades, bem como uma maior atuação do Estado na criação e difusão de políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à economia solidária.

Outro objetivo do projeto era promover o aumento da renda familiar por meio da agregação de valores à produção agrícola familiar a partir da montagem de agroindústrias e da construção ou adaptação da infraestrutura, dependendo da realidade do assentamento. Assim começaram a serem instaladas as agroindústrias em cada um deles. Posteriormente, iniciou-se

a fase de adequar a infraestrutura logística e de comercialização, com a compra de equipamentos e veículos para transportar a produção.

Para fomentar ainda mais a participação dos assentados e buscar criar canais de comercialização da produção, foi criada a Feira da Economia Solidária e da Agricultura Familiar da Região Sul de Mato Grosso (FECOSOL), no ano de 2010, que contava com a participação efetiva dos associados.

Além de promover e facilitar a comercialização dos produtos por parte dos assentados que conseguem se livrar dos atravessadores, a feira movimenta a economia local e contribuiu para fortalecer a questão da soberania alimentar, ao ofertar à população local residente alimentos produzidos localmente.

Em relação à importância das feiras, Carvalho e Grossi (2019) salientam que

As feiras livres são consideradas pontos de vendas, que permite que cada produtor instale uma banca em local pré-estabelecido por algum órgão público, para comercialização dos produtos diretamente ao consumidor. A comercialização dos produtos na feira permite aos produtores feirantes a agregação de valor na mercadoria, entretanto visando um preço acessível aos consumidores e também com mais garantia de qualidade nutricional. As feiras agrícolas existem em todo o Brasil, desde os pequenos até os grandes municípios e os produtos que mais são comercializados são hortaliças e legumes, e produtos típicos da localidade da feira. Esse evento também permite aos produtores a comercialização de sua produção hortifrutigranjeira, e a intervenção de terceiros é inexistente, ou seja, não existem atravessadores, mas sim um canal direto de comercialização entre produtor e consumidor (CARVALHO; GROSSI. 2019, p.232).

Quando se pensa sob a ótica do agricultor familiar, as feiras trazem diversos benefícios, como o escoamento regular dos bens produzidos, o aumento do rendimento, o pagamento imediato e justo dos produtos, desencadeando ainda a possibilidade de diversificação dos cultivos agrícolas, além do estímulo à produção de alimentos, que por sua vez beneficia o próprio assentado e da sociedade local.

Já na ótica dos consumidores é uma relação benéfica, pois oferece o consumo de produtos diversos, frescos e com qualidade garantida pelo contato direto com os produtores. Além disso, elimina a figura do “atravessador”, já que os produtos são vendidos diretamente aos consumidores.

Ao se pensar a FECOSOL, ilustrada na Figura 1, a Associação “Dando as Mãos” elencou alguns objetivos principais a serem atingidos com a sua realização. São eles:

- Dar maior visibilidade ao Movimento de Economia Solidária na região, permitindo uma boa aproximação entre os diversos empreendimentos;

•Mobilizar, animar e criar expectativas positivas e comunicação permanente entre os empreendimentos..

•Promover o diálogo e o fortalecimento das reivindicações junto ao Poder Público local;

•Trocas solidárias, comercialização e circulação da moeda Bacuri intermediada pelo Banco Cerrado.

•Possibilitar a inclusão dos diversos sujeitos, que estão à margem, marginalizados pelo capital, tais como: assentados, negros, indígenas, grupos de mulheres, portadores de necessidades especiais, reeducandos, adolescentes, crianças, idosos, pequenos agricultores.

Figura 1 - 5º Feira da Economia Solidária e da Agricultura Familiar da Região Sul de Mato Grosso (FECOSOL)



Fonte: Cirandas.net/Associação Dando as Mãos.

Apesar das agroindústrias implementadas em conjunto com a Associação terem representado um grande avanço no associativismo e na economia solidária para a Microrregião Geográfica de Rondonópolis-MT, algumas não alcançaram o sucesso almejado, vindo a fechar as portas.

De acordo com o Entrevistado 1 (informação verbal)<sup>5</sup>, “infelizmente esse modelo de empreendimento não é acompanhado da burocracia das pequenas cidades. Então nós tivemos investimentos em cidades que precisavam do selo de inspeção municipal organizado e a cidade não conseguiu dar essa segurança jurídica. Boa parte do sucateamento dos empreendimentos se deu por conta disso”.

O entrevistado 1 deu como exemplo o município de São José do Povo. Ele relata que não pode receber um laticínio, porque não tem mercado suficiente. “E a prefeitura local não conseguiu dar a segurança jurídica para que esse produto fosse vendido aqui em Rondonópolis, por exemplo. Então com o tempo esses empreendimentos se inviabilizaram e as associações dentro dos assentamentos foram abandonando os projetos”.

Portanto, segundo o entrevistado 1, “ocorreu um erro de estratégia, pois quando você elabora um projeto dessa magnitude que envolve a vida de tantas famílias que gera tanta expectativa, a principal base a ser observada é a segurança jurídica de atuação. Se não existe essa segurança, não se investe todo aquele recurso, não se gera expectativa, pois vai ser fadado ao fracasso. Tanto que todo aquele grupo que coordenou aquele projeto eles não estão mais na associação. Ficou um clima muito ruim. Isso gera uma demanda jurídica, pois hoje eu tenho que dar ciência a justiça do que foi feito com empreendimento.”

Além do descrito pelo entrevistado 1, pensando em um cenário nacional, ocorreu a diminuição gradual no acesso a créditos e políticas públicas federais que impossibilitaram a manutenção das agroindústrias criadas. Esse período coincide com o desmonte das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, que se iniciou após o golpe de 2016 que levou Michel Temer ao poder, e que se estendeu ao longo do governo de Jair Bolsonaro. Dentre as principais políticas públicas que afetam diretamente a Associação, estão o PAA, a PNAE e a ATER.

Além dos problemas colocados pelo entrevistado 1, outro ponto preponderante para o fechamento de algumas unidades foi a pandemia do Coronavírus (COVID-19). Como grande parte da produção tinha como destino o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e abastecia as escolas estaduais e municipais, no período de auge da pandemia as unidades foram fechadas e passaram a atender os estudantes de forma remota. Dessa forma, a produção realizada nas agroindústrias não foi comercializada, gerando uma grande perda e desistência de muitos associados.

---

<sup>5</sup> Entrevista com membro da Associação Dando as Mãos. [fev.2021]. Entrevistador: Iolanda Lopes de Oliveira. Rondonópolis-MT, 2021. 1 arquivo.mp3 (47 min).

Atualmente, apenas três agroindústrias das doze implantadas inicialmente estão em pleno funcionamento, são eles: a) O empreendimento de beneficiamento da mandioca Palmares, no Assentamento Zumbi dos Palmares, no município de Dom Aquino; b) o empreendimento de leite e iogurteira, no Assentamento Primavera, no município de Rondonópolis e, c) o empreendimento de abatedouro de frango, no Assentamento Fazenda Esperança, no município de Rondonópolis.

Os outros empreendimentos ligados à Associação “Dando as Mãos” fecharam suas portas. De acordo com o entrevistado 1, os principais problemas que levaram ao encerramento foram a burocracia para criação e manutenção, tanto a nível federal quanto municipal, a diminuição de créditos e sucateamento de políticas públicas, a falta de princípios associativos por parte dos assentados e alguns problemas pontuais de cada área, por exemplo, a falta de água em alguns períodos do ano em determinados assentamentos e a pandemia do Coronavírus.

No presente, a Associação “Dando as Mãos” procura retomar as atividades e os associados. Segundo o entrevistado 1, ocorreu o desligamento com as irmãs franciscanas, uma nova diretoria foi criada e parcerias firmadas junto as secretarias de agricultura locais, além da busca de financiamentos em órgãos internacionais como o Banco Mundial, o Instituto Conexus, Instituto Agricultura Brasil Sustentável (IABS) e outros.

### **Considerações Finais**

- Os projetos de Assentamentos Rurais se mostram como um território que permite a recriação e reprodução social dos assentados, sendo também uma estratégia de resistência no processo de luta pela/na terra. São fundamentais na produção de alimentos, dinamização da economia local e regional e na manutenção dos aspectos ambientais.
- Mas, em diversos casos, esses territórios enfrentam serias dificuldades, dentre elas questões de infraestrutura como o precário acesso a água, saúde e educação. Falta de assistência técnica e linhas de crédito, a alta venda de lotes promovendo a reconcentração fundiária, a saída do jovem do campo, a dependência dos intermediários da circulação de mercadorias são outros exemplos. Assim, o associativismo rural desponta como uma saída possível para superar ou amenizar essas dificuldades.
- Ocorreu na MRG de Rondonópolis a implantação do associativismo rural e da economia solidária com a Associação “Dando as Mãos”. A criação das agroindústrias nos Projetos de Assentamentos Rurais possibilitou a produção e comercialização de produtos para o

PAA e PNAE e principalmente nas feiras locais, a exemplo a Fecosol, feira criada especialmente para a comercialização dos produtos da agricultura familiar e a circulação da moeda social denominada “Bacuri”.

- Dessa forma, o trabalho desenvolvido pela Associação “Dando as Mãos” se apresentou como um suporte aos agricultores familiares dos Projetos de Assentamentos Rurais da região, possibilitando de certo modo a manutenção desses sujeitos no território. Contudo, o fechamento de alguns empreendimentos revela os entraves que dificultam a estruturação e manutenção dessas associações.
- Muitas são as dificuldades a serem superadas nas mais diversas esferas. Tanto fatores internos quanto externos são adversidades. Dentre os fatores internos, podemos citar a questão da organização e gestão dessas associações, a superação do pensamento individualizado e a necessidade de se pensar o coletivo, a participação efetiva dos membros nas reuniões, decisões conjuntas e principalmente o trabalho na da promoção da confiança na associação.
- Quanto aos fatores externos, a necessidade urgente do Estado em prover políticas públicas e linhas de crédito que busquem criar estratégias de inserção para esses trabalhadores e trabalhadores que se encontram fora da economia formal que remetam para o resgate de suas condições mínimas de sobrevivência e cidadania, evitando apenas medidas compensatórias a curto e longo prazo.
- Por fim, concluímos que o Associativismo rural e a economia solidária são importantes estratégias que auxiliam no processo de luta na terra nos Projetos de Assentamentos rurais que foram atendidos pela Associação Dando as Mãos. Cabe agora a Associação repensar algumas estratégias para que consiga continuar desenvolvendo este trabalho junto aos assentados.
- Portanto, mesmo com todas as instabilidades, entendemos que a relação entre agricultura familiar, associativismo rural e economia solidária é significativa, pois tem provocado mudanças positivas na vida dos assentados e assentadas e também no espaço rural brasileiro.

## Referências

Alves. F.M. (2019). Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade. Rev. NERA Presidente Prudente v. 22, n. 48, pp. 98-113 Dossiê.

Bergamarco, S.; Pamard, C. B.; Chonchol, M. E. (1997). Por um Atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa. Rio de Janeiro: DL Brasil.

Bittencourt, G. (1998). A et al. FAO/INCRA – Projeto De Cooperação Técnica – Principais Fatores Que Afetam O Desenvolvimento Dos Assentamentos De Reforma Agrária No Brasil. Brasília: FAO/INCRA.

Cabral. A. A.O. (2021). Reforma Agrária no Brasil: a reforma (im)possível. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.

Carvalho, H. M. (1998). Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária do Brasil. Curitiba: IICA/NEAD.

Carvalho; F.F., & Grossi.S.F.(2019) Importância das feiras livres e seus impactos na agricultura familiar. Interface Tecnológica - v. 16 n. 2.

Castro, M. H. (1992). Reforma agrária e pequena produção. (tese de doutorado). Campinas, IE/Unicamp.

Clemente, E. C. (2006). Formação, dinâmica e a reestruturação da cadeia produtiva do leite na Região de Jales-SP. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), FCT/UNESP, Presidente Prudente-SP.

Clemente, E. C. (2015). Desenvolvimento rural e organizações coletivas (associações e cooperativas rurais) da produção da Agricultura Familiar no Sudoeste de Goiás. In: Encontro de Geógrafos da América Latina. Cuba. Anais... Cuba: Havana. p. 1-10.

Clemente, E. C. (2018). Análise de organizações coletivas da agricultura familiar no sudoeste de Goiás. Campo - território, Uberlândia, MG, v. 13, n. 29, p. 58-88, abr., 2018.

Cleps Jr., J. Descaminhos da reforma agrária no contexto das reformas neoliberais e da crise político-institucional no Brasil. Revista OKARA: Geografia em debate, João Pessoa, PB, v. 12, n. 2, p. 649-663.

Costa, M. do S. C., & Oliveira, A. C. S., & Figueiredo, R. J. L. (2013). Associativismo. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC.



David, M. B. A., & Waniez, P., & Brustlein, V. (1998). Atlas dos beneficiários da reforma agrária. Estudos Avançados, São Paulo, SP, v. 11, n. 31.

Fernandes, B. M. (1998). Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma Agrária. NERA – Núcleo de Estudos de Reforma Agrária. FCT-UNESP - Presidente Prudente, Departamento de Geografia. Série Estudos n. 2, p.1-32.

Fernandes, B. M. (2005). Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. REVISTA NERA, São Paulo, v. 8, n. 6.

Ferrante, V. L. S. B., & Barone, L. A., & Bergamasco, S. M. P. P. (2005). A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro. In: Ferrante, V. L. S. B., & Aly Junior, O. (2005). (Orgs.) Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). Araraquara: UNIARA/INCRA/ABRA. p. 37-71.

Leite, S. (2004). et al. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: EDUNESP.

Lima, I. S. (2006). A participação como estratégia no contexto da transição de uma nova prática da extensão rural para o desenvolvimento local. Unirevista, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p. 1-9.

Lima, F. V. (2016). Territorialização do Agronegócio e resistência camponesa. Revista Mercator, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 73-86.

Lazzarotto, J. J. (2020). O associativismo rural e a sua viabilização: estudo de caso comparativo de duas associações de produtores rurais do município de Pato Branco (PR). Recuperado de <http://www.anpad.org.br/amin/pdf/enanpad2000-org-1033.pdf>

Leite, S. (2004) et al. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: EDUNESP.

Leite, S. P., & Avila, R. V. (2007). Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social. Rio de Janeiro: Vieira e Lent. p. 176.

Lisboa, A.S., & Alcantara. F.V. (2019). O associativismo rural como estratégia de desenvolvimento para a agricultura familiar. Revista Eletrônica. v.11, n.1, p.17-28.

Maneschy, M. C., & Maia, M. L. S., & Conceição, M. F. C. (2008). Associações rurais e associativismo no Nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, PA, v. 11, n. 1, p. 85-108.

Medeiros, L., & Leite, S. (2004). *Assentamentos Rurais. Mudança Social e Dinâmica Regional*. Rio de Janeiro: MAUAD.

Miranda, R. S. (2011). Os desafios da organização em assentamentos rurais. *Revista Verde*, Mossoró, RN, v. 6, n. 2, p. 41– 48.

Moreira, E. R. F., & Targino, I. (2007). De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 10, n. 10, p. 72-93.

Percassi, J. (2011). Precisamos de cooperativas mais sólidas. *Jornal Sem Terra*. Recuperado de <https://mst.org.br/2011/07/12/precisamos-de-cooperativas-mais-solidas-afirma-presidente-da-concrab/>

Pinheiro, D. (2001). Agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: Tedesco, J. C. *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 406 p.

Rocha, R., & Apel, M. (1992). *Onde estão os nossos sonhos? Um estudo sobre o assentamento rural Vitória da União*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Nova.

Scopinho, R. A. (2012). *Processo organizativo de assentamentos rurais: trabalho, condições de vida e subjetividades*. São Paulo: Annablume. 348 p.

Santos.R.S. (2016). A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional. *REVISTA NERA – ANO 19, Nº. 33*. p. 155-180.

Silva, E. M. (2009). *Diagnostico do município de São José do Povo: migrações, assentamentos, segurança alimentar e outros fatores de base para o desenvolvimento local*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande - MS.

Singer, P. (2001) *Economia solidária versus economia capitalista*. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 16, n. 1, p. 100-112.

Singer, P. (2002). Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: Kraychete, G.; Lara, F., & Costa, B. (Orgs.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes.

Souza. S.R., & Rodrigues. L., & Abrantes. S. M. S. (2009). A economia solidária no âmago de resistências e lutas sociais contra o desemprego e a pobreza: o papel do Estado na criação de Políticas Públicas. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Recuperado de [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9\\_estados-e-lutas-sociais/a-economia-solidaria-no-amago-de-resistencias-e-lutas-sociais-contr-o-desemprego-e-a-pobreza.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9_estados-e-lutas-sociais/a-economia-solidaria-no-amago-de-resistencias-e-lutas-sociais-contr-o-desemprego-e-a-pobreza.pdf).

Souza. F. B. (2016). Associativismo rural: uma análise da associação comunitária barra da espingarda em Caicó/RN. Monografia (Graduação em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Sparovek, G. (2003). A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica.

Tedesco, J. C. (2001). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF.

Zimmermann, N. de C. (1994). Os desafios da organização interna de um assentamento rural. P. 2005-224. In: Medeiros, L. S. et al. Assentamentos rurais: uma visão interdisciplinar. São Paulo: ED. UNESP.